



SEGPLAN
SECRETARIA DE ESTADO DE
GESTÃO E PLANEJAMENTO



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE ESCRIVÃO DE POLÍCIA DE 3ª CLASSE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS

Domingo, 1 de dezembro de 2013.

Curso de Formação Profissional: Escrivão Prova Objetiva Específica - 1ª Prova

Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.

1. Este caderno de provas contém **35 questões**.
2. Sobre a carteira, deverão ficar apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta.
3. Durante as provas, o(a) candidato(a) que necessitar se ausentar da sala de prova, por qualquer motivo, só poderá fazê-lo acompanhado de um fiscal.
4. É de responsabilidade do candidato conferir o caderno de prova e o cartão de resposta, em cada aplicação de prova, inclusive nome e número do documento de identificação, no momento em que recebê-lo. Confira-o todo e solicite sua substituição, caso apresente falha de impressão ou esteja incompleto.
5. Se desejar, o (a) candidato (a) poderá utilizar a folha intermediária de respostas como rascunho para registrar as alternativas escolhidas.
6. O candidato deverá transferir, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta, as respostas objetivas para o cartão de resposta, que será o único documento válido para a correção das provas. Em nenhuma hipótese haverá substituição do cartão de resposta.
7. Durante as aplicações das provas objetivas específicas do curso de formação profissional não será permitido:
 - portar e/ou utilizar armas de qualquer natureza, bolsas e similares, óculos escuros, lenços, itens de chapelaria, celulares ou quaisquer aparelhos que permitam transmissão e recepção de dados, outros equipamentos eletrônicos e/ou digitais e ainda relógios de qualquer natureza;
 - a troca de materiais entre os candidatos ou a consulta de qualquer natureza;
 - utilizar papel não fornecido pelo Núcleo de Seleção;
 - receber auxílio para execução das provas;
 - o uso de borrachas, canetas fabricadas em material não transparente, lapiseiras e folha de rascunho.
8. É de responsabilidade do candidato **destacar a sua identificação** do cartão de resposta.

OBSERVAÇÃO: Os responsáveis pela aplicação da prova não estão autorizados a fornecer informações sobre ela.

Identificação do candidato

Folha Intermediária de Respostas
Rascunho do Gabarito

Questão	Alternativas			
1	a	b	c	d
2	a	b	c	d
3	a	b	c	d
4	a	b	c	d
5	a	b	c	d
6	a	b	c	d
7	a	b	c	d
8	a	b	c	d
9	a	b	c	d
10	a	b	c	d
11	a	b	c	d
12	a	b	c	d
13	a	b	c	d
14	a	b	c	d
15	a	b	c	d
16	a	b	c	d
17	a	b	c	d
18	a	b	c	d
19	a	b	c	d
20	a	b	c	d
21	a	b	c	d
22	a	b	c	d
23	a	b	c	d
24	a	b	c	d
25	a	b	c	d
26	a	b	c	d
27	a	b	c	d
28	a	b	c	d
29	a	b	c	d
30	a	b	c	d
31	a	b	c	d
32	a	b	c	d
33	a	b	c	d
34	a	b	c	d
35	a	b	c	d



Questão 1

A área física onde ocorreu um fato não esclarecido e que apresente características e/ou configuração de um delito, é classificada como:

- a) “modus operandi”
- b) local de crime
- c) local violado
- d) isolamento

Questão 2

O Perito Oficial faz exame em um objeto ou material bruto, constatado e/ou recolhido em local de crime para análise posterior. Como esse objeto é denominado?

- a) Prova imaterial
- b) Prova indireta
- c) Evidência
- d) Vestígio

Questão 3

Os locais de crimes podem ser classificados quanto

- a) à preservação dos vestígios, quanto ao ambiente e quanto à arma e/ou ao instrumento do crime.
- b) à natureza do fato, quanto à disposição dos vestígios e quanto à preservação dos vestígios.
- c) ao ambiente, quanto ao isolamento e quanto à preservação dos vestígios.
- d) à natureza do fato, quanto ao ambiente e quanto ao estado dos vestígios.

Questão 4

No interior de uma residência, o criminoso, ao procurar por objetos de sua preferência, deixou suas impressões digitais em alguns locais e objetos. Esse vestígio apresenta-se de que forma quanto à sua visualização?

- a) Latente
- b) Ilusório
- c) Indireto
- d) Visível

Questão 5

O conceito de preservação pode ser do seguinte modo:

- a) o ato de proteger os locais de crimes, permitindo assim que as pessoas não autorizadas aproximem-se do local onde ocorreu o delito.
- b) permitir que as pessoas fiquem a uma distância segura para que os peritos desempenhem suas funções.
- c) o ato de isolar o local quando os peritos comparecerem para realização de seu levantamento.
- d) o ato de não alterar o estado original das coisas encontradas no local do delito.

Espaço para rascunho



Questão 6

Segurança Pública expressa um conjunto de garantias exigidas do Estado para a tutela dos direitos fundamentais dos cidadãos, dos quais faz parte a

- a) integridade física.
- b) arrecadação de tributos.
- c) salvaguarda de informações.
- d) prestação de serviços comunitários.

Questão 7

Direitos Humanos é algo que se deve agregar à função policial e esses direitos foram reafirmados pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da

- a) Lei de Talião.
- b) Carta Asiática.
- c) Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- d) Convenção Australiana de Direitos Econômicos.

Questão 8

Direitos Humanos são considerados fundamentais porque asseguram

- a) a existência da pessoa humana e sua capacidade de desenvolvimento.
- b) o direito do cidadão ao usucapião, à escravidão e à servidão.
- c) a participação obrigatória do indivíduo em associações.
- d) a livre faculdade do contribuinte de cumprir a lei.

Questão 9

É um conjunto de pessoas com características especiais, em decorrência das quais podem tornar-se mais suscetíveis à violação de direitos. Ex: mulheres, crianças e adolescentes, idosos, homossexuais, pessoas com deficiência física ou sofrimento mental. Tal enunciado refere-se a

- a) sociedades anônimas.
- b) grupos vulneráveis.
- c) excluídos.
- d) minorias.

Questão 10

Ausência de processos normativos e descrença naquilo que regula a vida em comum. Tal fenômeno diz respeito à

- a) greve de servidores.
- b) área de exclusão.
- c) justiça criminal.
- d) anomia social.

Questão 11

Os direitos fundamentais aplicam-se a todos os indivíduos, independentemente de sua nacionalidade, sexo, raça, credo ou convicção político-filosófica. Tal afirmação versa sobre a relação entre Direitos Humanos e Estado, consolidando o Princípio da

- a) Imprescritibilidade
- b) Proporcionalidade
- c) Universalidade
- d) Razoabilidade



Questão 12

Com base na relação entre Direitos Humanos e Estado, aplica-se o Princípio da Efetividade, segundo o qual

- a) o poder público deve atuar de modo a garantir a efetivação dos direitos e garantias fundamentais, usando inclusive mecanismos coercitivos quando necessário.
- b) os entes políticos devem efetivar a possibilidade de transferência dos direitos fundamentais de uma para outra pessoa, seja gratuitamente ou mediante pagamento.
- c) a União deve efetivar normativas para facultar às diversas unidades da federação a livre adesão aos direitos fundamentais da pessoa humana.
- d) o Estado deve buscar a efetivação das garantias individuais porque esses direitos se satisfazem com o simples reconhecimento abstrato.

Questão 13

“É um conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos e aos grupos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como podem ser a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc” (FOUCAULT, 1984, p. 26). O autor assim conceitua

- a) o inconsciente
- b) o consciente
- c) a moral
- d) a ética

Questão 14

O estudo do comportamento humano é a investigação sobre o que é bom e o que é mau e sobre o modo de se estabelecerem, histórica e teoricamente, normas válidas para todos. Essa definição corresponde

- a) aos direitos fundamentais dos cidadãos.
- b) aos direitos internacionais humanitários.
- c) à moral.
- d) à ética.

Questão 15

O que vale é a intenção, a boa vontade; o que vale é cumprir a vontade de Deus ou a lei que existe, independente do fato de que o cumprimento da lei me traga maior benefício, me dê felicidade, independente portanto, dos resultados práticos, imediatos. Fazer o bem é cumprir a norma, independente do resultado que isso trará. Essa é a perspectiva

- a) da Ética da Convicção.
- b) do Princípio da Legalidade.
- c) da Ética da Responsabilidade.
- d) do Princípio da Irrenunciabilidade.

Espaço para rascunho



Investigação de Homicídios**Questão 16**

O Direito Penal dispõe o seguinte:

- a) para que se considere consumado o homicídio não basta a cessação definitiva apenas da atividade cerebral, sendo imprescindível também que já não haja mais função cardiopulmonar na vítima.
- b) a qualificadora do homicídio com emprego de veneno dá-se quando o autor revela à vítima que lhe introduzirá veneno e a obriga ingerir essa substância venenosa contra sua vontade expressa.
- c) matar alguém por motivo de relevante valor moral configura homicídio simples.
- d) matar para receber herança configura homicídio qualificado por motivo torpe.

Questão 17

O Direito Penal dispõe o seguinte:

- a) é homicídio simples aquele praticado sob o domínio de violenta emoção, logo após injusta provocação da vítima.
- b) a eutanásia é um exemplo de homicídio por motivo de relevante valor moral.
- c) diz-se qualificado o homicídio por motivo de relevante valor moral ou social.
- d) a eliminação da vida intrauterina pode configurar aborto ou infanticídio.

Questão 18

Sobre o crime de homicídio, tem-se o seguinte:

- a) tiro nas costas e tiro pelas costas são expressões equivalentes e que tornam o homicídio qualificado.
- b) o assassinato intencional, mediante esganadura, configura hipótese de homicídio simples.
- c) considera-se qualificado o homicídio cometido para assegurar a execução de outro crime.
- d) diz-se privilegiado o homicídio praticado para assegurar vantagem de outro crime.

Questão 19

Sobre as providências policiais tomadas em investigação de crime de homicídio, tem-se o seguinte:

- a) se os peritos criminais não apreenderam certo objeto em local de homicídio é porque esse objeto não interessa à investigação e, sendo assim, também não será apreendido pela autoridade policial.
- b) é obrigatório o comparecimento ao local do crime para providenciar que não se alterem o estado e conservação das coisas, até a chegada dos peritos criminais.
- c) a autoridade policial não poderá proceder à reprodução simulada de homicídio para saber o modo como foi praticado, pois essa medida contraria a ordem pública.
- d) caberá apenas à autoridade policial a coleta de provas técnicas em local de homicídio.

Questão 20

Em relação à investigação de homicídio, tem-se o seguinte:

- a) a prova testemunhal pode suprir a falta do exame de corpo de delito.
- b) quando houver vestígio, não é obrigatório o exame de corpo de delito, direto ou indireto.
- c) o exame de corpo de delito pode ser suprido pela confissão do autor.
- d) corpo de delito é apenas o cadáver da vítima.

Questão 21

Consideram-se elementos imprescindíveis à existência do crime de homicídio:

- a) autor, vítima, premeditação, motivo.
- b) vítima, testemunha, lugar, motivo.
- c) vítima, instrumento, lugar, tempo.
- d) testemunha, instrumento, tempo.



Questão 22

Na investigação do crime de homicídio, verifica-se que

- a) o suspeito só deve ser inquirido ao final da investigação, quando já houver elementos de informação que permitam o seu indiciamento.
- b) a confissão, embora importante como informação complementar, não é o fim principal da investigação, porque, sozinha, não tem força probatória.
- c) por presunção, as hipóteses mais simples para esclarecimento do homicídio devem ser descartadas das estratégias que serão adotadas na investigação.
- d) não se procede à inquirição de testemunha criança, porque seu depoimento é naturalmente frágil.

Questão 23

Sobre locais de crime de homicídio, verifica-se que

- a) local interno é o lugar no qual foi praticado crime de homicídio e se caracteriza pela ausência de barreiras físicas naturais ou humanas em suas laterais e ponto superior.
- b) local relacionado é aquele fisicamente separado do lugar onde está o corpo de delito, mas a ele ligado por algum detalhe relevante para a investigação.
- c) local externo é o ambiente onde o homicídio foi cometido e que apresenta lados e parte superior delimitados por obras naturais ou humanas.
- d) local imediato é o espaço físico diverso do lugar onde se encontram o corpo da vítima e os vestígios do homicídio, porém a ele ligado fisicamente.

Questão 24

Sobre a reconstrução visuográfica de local de homicídio, verifica-se que

- a) não está expressamente prevista no Código de Processo Penal.
- b) tem por finalidade única a descrição pormenorizada do cadáver.
- c) é peça de informação elaborada pelos peritos criminais.
- d) substitui o laudo de exame pericial.

Questão 25

Sobre exames periciais utilizados em investigação de homicídio, tem-se que

- a) o exame de DNA revela características físicas da pessoa submetida a essa análise pericial.
- b) o exame de pesquisa de chumbo e pólvora não apresenta resultado conclusivo.
- c) os gêmeos univitelinos têm DNA e impressões digitais diferentes.
- d) sem laudo de exame cadavérico não é possível concluir investigação de homicídio.

Espaço para rascunho



Questão 26

Concernente ao Inquérito Policial, tem-se que

- nos autos do Inquérito o interessado poderá opor suspeição às autoridades policiais e, quando ocorrer motivo legal, elas deverão declarar-se suspeitas.
- objetiva apurar a existência da infração penal e a respectiva autoria, para que a autoridade policial possa propor a correspondente ação penal em juízo.
- a *notitia criminis* – conhecimento pela autoridade policial acerca de infração penal – pode ser de cognição imediata, mediata e coercitiva.
- o contraditório é admitido, pois se trata de procedimento em que existem acusação e defesa.

Questão 27

Relativamente à instauração do Inquérito Policial, verifica-se o seguinte:

- o Inquérito Policial não poderá ser iniciado por meio de auto de prisão em flagrante, por falta de expressa previsão no Código de Processo Penal e na Instrução Normativa n°. 001/2009 da Polícia Civil de Goiás.
- tratando-se de requisições feitas por autoridades judiciárias e por membros do Ministério Público, o delegado de polícia estará obrigado a atendê-las, ainda que sejam manifestamente ilegais.
- quando se tratar de crime de ação pública incondicionada, deverá o delegado de polícia instaurar o Inquérito Policial, atendendo ao princípio da obrigatoriedade.
- o delegado de polícia, quanto aos crimes eleitorais, deverá instaurar inquérito através de portaria, independentemente de requisições dos juízes e membros do Ministério Público.

Questão 28

Quanto à formalização do Inquérito Policial e aos procedimentos na Delegacia de Polícia, tem-se que

- os processos de natureza administrativa, quando necessários para instrução do Inquérito Policial, deverão ser apensados ao inquérito, mediante o respectivo termo e, neste caso, a capa deverá ser carimbada com a expressão “Inquérito com Apenso”.
- a Instrução Normativa n°. 001/2009 da Polícia Civil de Goiás não prevê livros de uso obrigatório pelas Delegacias de Polícia, ficando a cargo do delegado a abertura dos livros para registro dos atos relacionados ao inquérito.
- ocorrerá o desmembramento em volumes sempre que um deles atingir 100 folhas, devendo o escrivão ao final de cada volume lavrar o termo de encerramento e lavrar o termo de abertura no volume posterior.
- os livros deverão ficar sob a guarda e a responsabilidade do escrivão encarregado pelo cartório, podendo conter rasuras, emendas ou entrelinhas, ou mesmo registro de matérias estranhas às suas finalidades.

Questão 29

Com relação à movimentação do Inquérito Policial, tem-se que

- quando o prazo conclusivo estiver para expirar e ocorrer eventual ausência do delegado de polícia, deverá o escrivão remeter o inquérito ao Poder Judiciário.
- o Inquérito Policial poderá ficar paralisado em cartório, mediante despachos protelatórios, nos casos de impedimentos do delegado de polícia.
- o delegado despachará, sempre que possível, em até 30 dias úteis, após conclusos, os autos do inquérito pelo escrivão de polícia.
- o escrivão de polícia deverá cumprir de forma imediata o despacho do delegado de polícia e priorizar os casos que exigem celeridade.

Espaço para rascunho



Questão 30

Sobre a instrução do Inquérito Policial, tem-se o seguinte:

- a) a numeração do Inquérito Policial será feita pelo agente de polícia, no canto superior direito, quando possível, podendo ser utilizado carimbo de numeração sequencial e rubricada pelo delegado de polícia.
- b) todo documento fotocopiado deverá ser autenticado, podendo o próprio escrivão de polícia proceder à autenticação se lhe for apresentado o original, pois tem fé pública para isso.
- c) quando necessário o desentranhamento de peça do inquérito, o delegado de polícia determinará que o escrivão a desentranhe, sem nada colocar no lugar da peça desentranhada.
- d) quando a peça desentranhada retornar à delegacia, deverá ser inserida no Inquérito Policial, no mesmo lugar em se que encontrava ou logo à frente da cópia que lhe substituíra.

Questão 31

No que concerne à instrução do Inquérito Policial, tem-se que

- a) o advogado tem direito à vista dos autos dos inquéritos envolvendo seus clientes, mesmo sem procuração, mas não pode copiar peças, nem tomar apontamentos.
- b) não existe vedação na Instrução Normativa n°. 001/2009 da Polícia Civil de Goiás quanto à juntada de objetos que possam danificar os autos do inquérito.
- c) é vedado ao delegado de polícia, em caso de afastamento eventual ou definitivo, elencar as diligências que deverão ser realizadas pelo seu sucessor.
- d) toda documentação que constituir materialidade da infração penal deverá ser apreendida, sendo vedada sua simples juntada aos autos do inquérito.

Questão 32

Acerca das intimações no Inquérito Policial, tem-se que

- a) não se expede mandado de intimação para os militares, pois seu chamamento à delegacia dar-se-á por ofício ao comandante da unidade a que pertencerem.
- b) a Instrução Normativa n°. 001/2009 da Polícia Civil de Goiás permite que a intimação seja feita para o fim de prestar esclarecimentos.
- c) a intimação, ato pelo qual as pessoas são chamadas a depor em repartição policial, independe de requisitos formais.
- d) os juízes e membros do Ministério Público serão chamados a depor mediante a expedição de mandado de intimação.

Questão 33

Relativamente ao depoimento no Inquérito Policial, tem-se que

- a) os pais e irmãos da vítima e do investigado jamais poderão eximir-se da obrigação de depor nos autos do inquérito.
- b) o menor de 14 anos e o doente mental são proibidos de depor no Inquérito Policial em qualquer circunstância.
- c) o divorciado está dispensado do compromisso legal da verdade quando o seu ex-cônjuge for o investigado no inquérito.
- d) as pessoas que devem guardar segredo em razão de sua função, ofício ou profissão são proibidas de depor, se não forem autorizadas pela parte interessada.

Espaço para rascunho



Questão 34

No que se refere à inquirição no Inquérito Policial, tem-se que

- a) é vedado consignar no ato do depoimento as expressões citadas pela testemunha.
- b) termo de depoimento é o ato instrutório para inquirição de vítima.
- c) poderá ocorrer a oitiva de surdo, mudo ou surdo-mudo.
- d) não é necessário nomear intérprete à testemunha que não conhece a língua nacional.

Questão 35

No que diz respeito à inquirição no Inquérito Policial, tem-se que

- a) é proibida a reinquirição de testemunha.
- b) o depoimento será assinado pela testemunha, delegado e escrivão.
- c) não será tomado o depoimento da testemunha analfabeta.
- d) o depoimento será sempre tomado em repartição policial.

Espaço para rascunho

